

Brossard diz que o trabalho será utilizado

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, ao comentar a decisão do presidente Sarney de não encaminhar ao Congresso Nacional o anteprojeto constitucional da Comissão Afonso Arinos, afirmou que o governo não tem projeto oficial. Para o ministro, a comissão provisória cumpriu seu papel e as suas propostas para a nova Constituição pertencem agora à sociedade e ao País.

Segundo o ministro da Justiça, até 1º de fevereiro de 1987, quando serão empossados os constituintes encarregados de elaborar a nova Carta Magna, abre-se um período (quatro meses e meio) razoável de tempo para a discussão do trabalho da Comissão.

Esse trabalho é público, tenho certeza de que a Assembleia Constituinte não vai ignorá-lo. Ele não foi em vão e está aberto à análise dos competentes e até ao juízo dos incompetentes, declarou.

Paulo Brossard negou também que o governo teria decidido arquivar o projeto por ele modificar o sistema de governo de presidencialista para parlamentarista e lembrou que ele próprio é parlamentarista.

O ministro da Justiça esteve na sexta-feira durante dez minutos no Supremo Tribunal Federal (STF) para ser notificado a respeito da interpelação judicial que o PT está movendo por suas declarações à imprensa sobre os conflitos em Leme, interior de São Paulo. O ministro terá agora, de acordo com a lei, prazo até a próxima terça-feira para confirmar ou não as entrevistas em que teria acusado o partido de envolvimento no incidente que causou a morte, em julho último, de dois bóias-frias. O ministro Paulo Brossard chegou ao Supremo Tribunal às 14h10, acompanhado de seu assessor Léo Iolovitch. Ao sair, Brossard cumprimentou alguns advogados e, ao ouvir a pergunta se gostara da charge publicada no jornal O Globo da edição do dia 18 último, assinada pelo cartunista Chico, respondeu em tom de brincadeira: "Me puseram montado segurando o rabo da vaca, no Rio Grande não se monta assim".

(AG)